

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR
2016/2017



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO DE GRUPO

**CARACTERIZAÇÃO DO TEATRO DE OPERAÇÕES DA
GUINÉ-BISSAU (1963-1974)**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DOS
SEUS AUTORES, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS E DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**CAP INF PEDRO FERNANDES LUÍS
CAP ENG NUNO HINGÁ FERNANDES
CAP INF MARCO NEVES SEQUEIRA
CAP ART TELMA FEITAIS DA SILVA
CAP CAV RICARDO FERREIRA OLIVEIRA**



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CARACTERIZAÇÃO DO TEATRO DE OPERAÇÕES DA
GUINÉ-BISSAU (1963-1974)

CAP INF PEDRO FERNANDES LUÍS
CAP ENG NUNO HINGÁ FERNANDES (Coordenador)
CAP INF MARCO NEVES SEQUEIRA
CAP ART TELMA FEITAIS DA SILVA
CAP CAV RICARDO FERREIRA OLIVEIRA

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS E A/S 2016/2017

Pedrouços 2017



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**CARACTERIZAÇÃO DO TEATRO DE OPERAÇÕES DA
GUINÉ-BISSAU (1963-1974)**

**CAP INF PEDRO FERNANDES LUÍS
CAP ENG NUNO HINGÁ FERNANDES (Coordenador)
CAP INF MARCO NEVES SEQUEIRA
CAP ART TELMA FEITAIS DA SILVA
CAP CAV RICARDO FERREIRA OLIVEIRA**

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS E A/S 2016/2017

Orientador: MAJ TM LUÍS ALVES BATISTA

Pedrouços 2017



Declaração de compromisso Anti-plágio

Declaro por minha honra que o documento intitulado **Caracterização do Teatro de Operações da Guiné-Bissau (1963-1974)** corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto discente do **Curso de Promoção a Oficial Superior do Exército 2016/17** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética e disciplinar.

Pedrouços, **3 de julho de 2017**

Cap Inf Pedro Fernandes Luís

Cap Eng Nuno Hingá Fernandes

Cap Inf Marco Neves Sequeira

Cap Art Telma Feitais Da Silva

Cap Cav Ricardo Ferreira Oliveira



Agradecimentos

O grupo pretende prestar os seguintes agradecimentos públicos:

Ao nosso orientador, Major Luís Alves Batista, pela experiência e contributos que foi transmitindo ao longo da análise das diferentes versões deste trabalho, e pelos incentivos que nos permitiram manter o ímpeto na investigação.

Ao Arquivo Histórico Militar, à Biblioteca do Exército, à Biblioteca da Academia Militar e à Biblioteca do Museu Militar do Porto, pelo apoio na pesquisa e consulta da documentação necessária.

Aos nossos camaradas de curso pela camaradagem e pela amizade, sem as quais este trabalho não teria sido possível.



Índice

Introdução	1
1. Revisão de literatura, modelo de investigação e conceitos gerais	4
2. Caracterização étnica, territorial e socioeconómica do TO	6
2.1. Geografia	6
2.2. População.....	7
2.3. Política	8
2.4. Economia	8
2.5. Educação	9
2.6. Infraestruturas	10
2.7. Síntese conclusiva.....	10
3. Alterações no conceito de emprego das forças terrestres	12
3.1. Alterações na doutrina	12
3.2. Alterações na instrução	12
3.3. Alterações no treino	15
3.4. Evolução da organização do sistema de forças.....	17
3.4.1. Organização em meados de 1962.....	17
3.4.2. Organização no final de 1963.....	18
3.4.3. Organização no final de 1964.....	18
3.4.4. Organização no final de 1966.....	19
3.4.5. Organização no final de 1968.....	19
3.4.6. Organização em meados de 1970.....	20
3.4.7. Organização em abril de 1974.....	20
3.5. Síntese conclusiva.....	21
Conclusões.....	23
Referências Bibliográficas.....	27



Índice de Tabelas

Tabela 1- Resumo da organização da instrução do Exército em 1961	13
Tabela 2- Resumo da instrução ministrada na Guiné	15
Tabela 3- Resumo da organização do treino do Exército em 1961	16

Índice de Anexos

Anexo A — Carta da Província da Guiné	Anx A-1
Anexo B — Carta de relevo, bacias e marés	Anx B-1
Anexo C — Carta de tipos de formações vegetais	Anx C-1
Anexo D — Carta étnica e densidades de população	Anx D-1
Anexo E — Divisão Administrativa da Guiné	Anx E-1
Anexo F — Pistas de Aterragem da Guiné.....	Anx F-1

Índice de Apêndices

Apêndice A — Missões específicas de estudo ao estrangeiro.....	Apd A-1
Apêndice B — Períodos de consolidação doutrinária	Apd B-1
Apêndice C — Número de UEC e UEB em cada período de reorganização	Apd C-1



Resumo

Este trabalho pretende estudar a correlação entre as características do TO da Guiné-Bissau e as alterações que se verificaram no conceito emprego das forças terrestres.

A fim de atingir esse objetivo, dividiu-se o problema em duas partes, desenvolvendo-se na primeira parte a análise dos elementos étnicos, geográficos e socioeconómicos relevantes acerca do Teatro de Operações da Guiné-Bissau e na segunda parte a análise das alterações no conceito de emprego das forças da componente terrestre induzidas por essas características.

Recorreu-se a uma metodologia dedutiva, com a utilização de dados recolhidos em diversas fontes bibliográficas. A metodologia de investigação consubstanciou-se numa abordagem de índole qualitativa, enquanto o desenho de pesquisa consistiu na pesquisa histórica.

Conclui-se que, pelos atributos da população houve a necessidade de adaptar os planos de instrução aos locais que se alistavam e que devido às condições climáticas adversas, parte do treino das forças era conduzido após serem projetadas para o TO. Conclui-se ainda que, fruto das características do território, na preparação de operações específicas havia a necessidade de reforçar o treino dos militares para operações anfíbias. Também fruto das características do território e da dispersão populacional, houve a necessidade de fazer um ajuste na organização do sistema de forças.

Palavras-chave

Guiné-Bissau, Teatro de Operações, Conceito de emprego das forças terrestres



Abstract

The purpose of this paper is to study the correlation between the characteristics of the Guinea-Bissau theatre and the changes that have occurred in land forces employment concept.

In order to meet this goal, the problem has been divided into two parts. In the first part, we analyzed the relevant ethnic, geographical and socio-economic elements of the Guinea-Bissau theater, while in the second one we analyzed the changes in the land component forces employment concept induced by these characteristics.

We used a methodology based on the deductive method, using collected data from several bibliographic sources. The research methodology lied in a qualitative approach, while the research design consisted of historical research.

We conclude that, due to the population attributes, there was a need to adapt the instruction plans to local enlisted militaries and due to the adverse weather conditions, part of the forces training was conducted after the deployment to operations theater.

We conclude also that, due to the characteristics of the territory, when preparing specific operations, there was a need to reinforce the military amphibious operations training. Also due to the characteristics of the territory and to the population dispersion, there was a need to adjust the system of forces organization.

Keywords

Guinea-Bissau, Operations Theater, Ground forces employment concept



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AAA	Artilharia Antiaérea
A/S	Armas e Serviços
BatCac	Batalhão de Caçadores
CAOP	Comando do Agrupamento Operacional
Cb	Cabo
CIB	Centro de Instrução Básica
CIE	Centro de Instrução Especial
CIOE	Centro de Instrução de Operações Especiais
CEM	Corpo de Estado Maior
CmdAgr	Comando de Agrupamento
CmdBat	Comando de Batalhão
COM	Curso de Oficiais Milicianos
COP	Comando Operacional
CSM	Curso de Sargentos Milicianos
CTIG	Comando Territorial Independente da Guiné
CUF	Companhia União Fabril
Fur	Furriel
IAQT	Instituto de Aperfeiçoamento do Quadro de Tropas
IAO	Instituto de Aperfeiçoamento Operacional
IUM	Instituto Universitário Militar
IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares
Mil	Miliciano
OTAN	Organização do Tratado Atlântico Norte
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PDE	Publicação Doutrinária do Exército
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
QComp	Quadro de Complemento
QP	Quadro Permanente
TO	Teatro de Operações
UEB	Unidade Escalão Batalhão
UEC	Unidade Escalão Companhia
UEP	Unidade Escalão Pelotão
ZA	Zona de ação
ZICC	Zona de Intervenção de Comando Chefe
ZM	Zona Militar



Introdução

A Guiné-Bissau¹ foi uma província portuguesa até 1927. Nesse mesmo ano, passou a ser intitulada de colónia², até 1951, quando retomou o estatuto de província ultramarina adotando a designação de Guiné Portuguesa. (Mendy, 1996)

Em 1956, Amílcar Cabral fundou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que também se encontrava sob domínio português. Como movimento pacífico, originalmente tentou negociar a retirada das tropas portuguesas mas, perante a intransigência portuguesa, começou a adotar medidas mais violentas para conseguir a independência. (Afonso e Gomes, 2009)

Portugal veio assim a travar, por mais de uma década, uma luta armada na Guiné Portuguesa, enquanto mantinha ativas mais duas frentes de combate de características semelhantes, em Angola e Moçambique³. Apesar dos esforços de Portugal por manter o controlo do território e da população, a operação militar fracassou. Em abril de 1973, foi convocada a primeira Assembleia Nacional Popular onde foi declarada a independência e a criação do estado soberano da República da Guiné-Bissau. (Mendy, 1996)

O trabalho de investigação aqui projetado pretende analisar e caracterizar o Teatro de Operações na Campanha Militar da Guiné-Bissau, durante o período de 1963 a 1974, com vista a identificar as alterações que o conflito armado induziu nas forças terrestres portuguesas.

Com esta abordagem pretende-se dar um contributo útil para as Forças Armadas em geral e para o Exército em particular, através da compreensão e do conhecimento da forma como este último se adaptou face aos desafios com que se deparou na Campanha de África. Pretende-se também criar um suporte com valor científico que possa servir de enquadramento a outras investigações relacionadas com o objeto de estudo.

Tendo sido definido como tema desta investigação a “Caracterização do Teatro de Operações da Guiné-Bissau (1963-1974)”, foi eleito como objeto de estudo o Teatro de Operações (TO) da Guiné-Bissau. A investigação cinge-se ao período da Campanha Militar da Guiné-Bissau, que decorreu entre 1963 e 1974, e especialmente é focada no território guineense, não obstante, para efeitos exclusivos de enquadramento contextual serem

¹ Oficialmente República da Guiné-Bissau

² O ato colonial foi promulgado em 1930 por Salazar (Decreto n.º 18 570, de 8 de julho)

³ O período de confrontos entre as Forças Armadas Portuguesas e as forças organizadas pelos movimentos de libertação das antigas províncias ultramarinas de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique designa-se por Guerra do Ultramar ou Guerra de Libertação (termo utilizado pelos africanos independentistas) (Cann, 1998)



abordados espaços físicos e temporais mais amplos. Dentro do período de análise, a investigação é conduzida por forma a obter uma caracterização étnica, territorial e socioeconómica do território da Guiné-Bissau, e posteriormente é dirigida para a identificação das alterações que esses vetores induziram no conceito de emprego das forças da componente terrestre, especificamente no que concerne a doutrina, a instrução, o treino e a evolução da organização do sistema de forças.

Na condução da investigação, foram utilizados como elementos de consulta as fontes contidas no Arquivo Histórico Militar do Exército, Biblioteca do Exército, Biblioteca da Academia Militar e Biblioteca do Museu Militar do Porto, bem como várias publicações afetas ao objeto de estudo e à história da Guerra do Ultramar.

O trabalho de investigação teve como Objetivo Geral (OG) avaliar a correlação entre as características do Teatro de Operações da Guiné-Bissau e as alterações que se verificaram no conceito de emprego das forças terrestres. Para facilitar a análise e para corporalizar o OG, advindos deste, foram definidos dois Objetivos Específicos (OE). Definimos o OE1 como sendo “Analisar elementos étnicos, geográficos e socioeconómicos relevantes acerca do território guineense” e o OE2 como sendo “Analisar as alterações no conceito de emprego das forças da componente terrestre, especificamente no que concerne a doutrina, a instrução, o treino e a evolução da organização do sistema de forças”.

Para a persecução do OG e para a estruturação da investigação foi definida a seguinte Questão Central (QC): “Quais as alterações que as características do Teatro de Operações da Guiné-Bissau induziram no conceito de emprego das forças terrestres?”. Com base nesta QC e diretamente relacionadas com os dois OE anteriormente enunciados, foram concebidas as seguintes Questões Derivadas (QD):

- QD1 – Quais eram as principais características do TO, em termos étnicos, geográficos e socioeconómicos?
- QD2 – Quais foram as alterações introduzidas no conceito de emprego de forças terrestres, no que diz respeito à doutrina, à instrução, ao treino e à organização do sistema de forças?

A resposta à QD1 encontram-se no segundo capítulo deste trabalho, enquanto a resposta à QD2 é apresentada no capítulo 3. A resposta à QC é igualmente apresentada no capítulo 3, materializando simultaneamente o conseguimento do OG da investigação.

No que concerne o estudo, este foi baseado essencialmente no método dedutivo, onde foram utilizados os dados recolhidos nas diversas fontes. Quanto à metodologia de



investigação, essa consistiu numa abordagem de índole qualitativa, na qual a recolha de dados foi efetuada recorrendo à análise documental. Quanto ao desenho de pesquisa, este consistiu na pesquisa histórica, com a utilização da informação patente nas fontes consultadas.

No que respeita a organização do trabalho aqui redigido, este está estruturado em três capítulos aos quais se seguem as conclusões. O primeiro capítulo é exclusivamente dedicado à revisão de literatura e apresentado o método de investigação, sendo feito uma análise das principais fontes bibliográficas e uma explicação da arquitetura metodológica seguida no trabalho. São igualmente definidos alguns conceitos gerais. No segundo capítulo são apresentadas as características do TO e os fatores que potencialmente induziram a mudança no conceito de emprego das forças terrestres. No terceiro capítulo são descritas as alterações no conceito de emprego das forças terrestres durante o conflito, provocadas pelas características do TO. Por fim, nas conclusões, concluímos que foram introduzidas algumas alterações ao nível da instrução, do treino e da organização do sistema de forças, fruto dos atributos da população e das propriedades físicas do país.



1. Revisão de literatura, modelo de investigação e conceitos gerais

Neste capítulo, é feita uma revisão da literatura consultada no nosso estudo e é também explanada a metodologia seguida para a elaboração deste trabalho. O capítulo encerra-se com a exposição das fases do percurso de investigação e com a apresentação de alguns conceitos gerais.

No conjunto de obras consultadas, verificou-se que são imensas as facetas da Guerra do Ultramar que foram alvo de estudos e investigações. No entanto, nenhuma dessas obras aborda ou identifica o conceito de emprego das Forças Armadas Portuguesas que vigorava nos diferentes períodos da guerra e muito menos o fazem em respeito ao conceito de emprego das forças terrestres em específico.

Os temas são variados, mas incidem sobretudo na vertente da história do conflito do Ultramar, das características dos TO, do inimigo, da forma como foram conduzidas determinadas operações militares ou simplesmente relatam experiências pessoais, não havendo registo de uma abordagem concentrada do processo de transformação a que o Exército foi sujeito no período do conflito armado.

Nas publicações inteiramente dedicadas ao conflito na Guiné-Bissau, embora se trate com mais pormenor as características do TO, que reconhecidamente eram diferentes e mais severas do que nos outros TO, e sejam apresentadas algumas implicações que esse facto acarretou para a sustentação das forças e para a condução das operações, não são enquadrados de forma objetiva as transformações na doutrina, no treino, na instrução ou na organização do sistema de forças, que daí resultaram.

Posto isto, concluímos que o estudo do conceito de emprego das forças terrestres no TO da Guiné-Bissau não está suficientemente desenvolvido, fruto das razões apresentadas anteriormente, pelo que se justifica estudar esta componente associada à Guerra do Ultramar. De modo a estudar este tema, foram formulados os objetivos e as perguntas apresentados na Introdução.

O percurso metodológico apoiou-se nas premissas de orientação metodológica para a elaboração de trabalhos de investigação do Instituto Universitário Militar (Santos e Lima, 2016). No que concerne o estudo, como referido anteriormente, este foi baseado essencialmente no método dedutivo, onde foram utilizados os dados recolhidos nas diversas fontes. A metodologia de investigação consubstanciou-se numa abordagem de índole qualitativa, na qual a recolha de dados foi feita com recurso à análise documental. Quanto ao desenho de pesquisa, este consistiu na pesquisa histórica, com a utilização da



informação patente nas fontes consultadas. Por último, o percurso de investigação foi dividido em três fases: exploratória, analítica e conclusiva. Na fase exploratória, foram feitas leituras preambulares e foi consultada documentação de referência com vista ao enquadramento geral e à definição e concetualização de um plano de trabalho, em que foram definidas as estratégias de abordagem, o quadro cronológico e a articulação inicial. Após a definição do plano de trabalho, na fase analítica, foi feita a recolha e tratamento de dados obtidos por meio de pesquisa documental, submetendo o nosso protótipo de análise a uma verificação de resultados, isto é, respondendo com dados objetivos às questões derivadas. Por fim, na fase conclusiva, foi feita uma análise e uma revisão empírica dos resultados obtidos e dos conhecimentos obtidos através do processo de investigação, dos quais fez parte uma retrospectiva das grandes linhas do procedimento seguido e uma apresentação dos novos contributos para o conhecimento originados pelo trabalho.

Por forma a compreender com exatidão os aspetos estudados ao longo da investigação, importa esclarecer alguns conceitos. A definição destes conceitos permite também que o trabalho final possa ser compreendido por aqueles que não estão familiarizados com a temática ou com a terminologia militar. Para tanto, basear-nos-emos, na Publicação Doutrinária do Exército 3-00 – Operações (PDE 3-00), que define TO como sendo “parte do teatro de guerra⁴ necessária à condução ou apoio das operações de combate”, enquanto o conceito de emprego de forças pode ser entendido como sendo a forma de preparação, aprontamento e sustentação das forças para o cumprimento das suas missões específicas, com reflexos na instrução, no treino e na doutrina, mas também na forma como as forças estão organizadas⁵.

No próximo capítulo, é feita uma caracterização étnica, territorial e socioeconómica do TO da Guiné-Bissau.

⁴ “O teatro de guerra é o espaço aéreo, terrestre ou marítimo que está ou pode vir a estar diretamente envolvido na conduta da guerra” (Exército Português, 2012)



2. Caracterização étnica, territorial e socioeconómica do TO

Neste capítulo é feita uma caracterização étnica, territorial e socioeconómica do TO da Guiné-Bissau para posteriormente se fazer a correlação dessas características com as alterações induzidas no conceito de emprego das forças terrestres. Essa caracterização é dividida em cinco áreas: geografia, política, economia, educação e infraestruturas.

2.1. Geografia

A Guiné-Bissau está localizada na costa Ocidental de África onde é banhada pelo Oceano Atlântico entre o Cabo Roxo e a Ponta do Cagete, a Norte faz fronteira com o Senegal e a Sul e a Este com a República da Guiné. Desde 1941 que a sua capital é Bissau. O seu território é composto pelo arquipélago de Bijagós, as ilhas de Jeta, Pecine, Bolama, Bissau, Como e Melo, e pela plataforma continental que junto aos cursos fluviais fica alagada durante a praia-mar. Tem uma superfície de 35.800 km², dos quais cerca de 8.000 km² ficam temporariamente submersos pelas marés. Essas áreas são essencialmente revestidas por mangais e tarrafo. Esta submersão de terras é mais evidente no litoral, junto aos rios, braços de mar e particularmente no arquipélago dos Bijagós. A fronteira terrestre tem 680 km, dos quais 380 km são com a República da Guiné. (Círculo de Leitores, 1986) (0 Apêndice B - Períodos de consolidação doutrinária)

No que diz respeito a cursos de água, existem duas zonas separadas pela linha limite das marés. A primeira, a ocidente, onde o mar sobe e forma vales fluviais no entorno da foz dos rios, fazendo surgir inúmeros canais. A outra área, no interior, é caracterizada por diversos cursos de água com grandes amplitudes de caudal, fruto das irregulares condições climáticas da região, que contemplam períodos do ano com chuvas abundantes e que fazem transbordam os leitos. (Bacelar, 2000) (0 Carta de relevo, bacias e marés)

Os principais rios, tendo em conta a sua localização de Norte para Sul, são o rio Cacheu, navegável até Farim, a 145 km da costa, o rio Mansoa, que desagua junto à ilha de Bissau, o rio Geba, o rio Corubal, que nasce no Futa Jalon, o rio Buba, que é rio mais profundo da Guiné-Bissau, o rio Tombali, o rio Cubijã, que inunda as zonas de arrozais, e o rio Cacine, a Sul da ilha de Melo. (Bacelar, 2000)

O clima da Guiné-Bissau é o resultado de vários fatores, como a sua localização entre o equador e o trópico de Câncer, junto ao mar, mas próximo do bloco continental Sudão-Sahara, combinando a extrema humidade das monções tropicais, com os ventos quentes e muito secos vindos do deserto. (CECA, 1989)



A região tem duas estações distintas, a seca, de novembro a maio, e a das chuvas, entre junho e outubro, combinando calor e humidade, criando um ambiente pesado e depauperante para os seus habitantes, embora por períodos temporários. (Bacelar, 2000)

A zona litoral é composta por grandes zonas de palmeirais e de tarrafo, existindo uma área de transição coberta por floresta, com uma largura média de 50 km. No interior, as temperaturas são mais elevadas, os níveis de humidade mais baixos e predomina a savana repleta de pequenos arbustos. (Círculo de Leitores, 1986) (0 Carta de tipos de formações vegetais)

2.2. População

Segundo o censo de 1960, a Guiné-Bissau contava com cerca de 525.500 habitantes. Apesar do seu território se equiparar apenas a um terço de Portugal em termos de área, verificava-se uma enorme dispersão étnica, com dois grupos predominantes: os Paleo-Sudaneses e os Neo-Sudaneses. (Garcia, 2000)

Os Paleo-Sudaneses ocupavam o litoral, e incluíam as etnias Balanta, Felupe, Cassanga, Baiote, Brama, Manjaco, Papel, Bijagó, Beafada, Nalu, Baga e Landume. No interior, faziam parte dos Paleo-Sudaneses as etnias Pajadincas e Tandas. Enquanto isso, os Neo-Sudaneses abarcavam os Mandigas, Saracolés, Bambarãs, Jacancas, Sossos e Jalancas, além dos Fulas, com as subdivisões em Forros, Pretos, Fulas, Boencos e Tucorores, também espalhados pelas regiões mais interiores. (Afonso e Gomes, 2009) (0 Carta étnica e densidades de população)

No que concerne aos idiomas, a língua portuguesa não tinha grande expressão, sendo apenas utilizada nas grandes cidades onde era frequente haver portugueses. A restante população falava crioulo, francês e uma variedade de línguas africanas nativas das suas etnias. (Mendy, 1996)

Quanto à religião, a maior parte da população de origem europeia era católica e a população autóctone era composta por 63,5% de animistas e 35,6% islamizados. Segundo uma divisão tribal, os Mandingas e Fulas eram islamizados, enquanto as restantes seguiam religiões animistas. (CECA, 1989)

Quanto à sua distribuição demográfica, esta não era uniforme, residindo a maior parte da população no litoral, onde a densidade atingia os 100 habitantes por km², enquanto no Boé apenas se verificava o rácio de um habitante por igual área. (Bacelar, 2000)



2.3. Política

Não obstante ter sido governada a partir de Cabo-Verde durante alguns anos, a Guiné-Bissau era uma província ultramarina portuguesa com autonomia administrativa e financeira que compreendia os territórios indicados na Convenção Luso-Francesa de 12 de Maio de 1886, sendo a sua capital a cidade de Bissau. Os órgãos de poder eram constituídos pelo Governador representante do Governo Português, pelo Conselho Legislativo e pelo Conselho de Governo. O Governador tinha competência executiva e alguma legislativa. Era nomeado pelo Conselho de Ministros sob proposta do Ministro do Ultramar. (Gouveia, 2017)

O país estava dividido em nove concelhos (Bafatá, Bissau, Bissorã, Bolama, Cachau, Catió, Farim, Gabú, Mansoa) e três circunscrições (Bijagós, Fulacunda e São Domingos). Onde não era possível a criação de freguesias, existiam postos administrativos. No que concerne o concelho de Bissau em concreto, este era dividido em vários bairros (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**Erro! A origem da referência não foi encontrada.). (CECA, 1989)

As relações com a República do Senegal eram muito residuais e com a República da Guiné eram quase inexistentes. Todavia, as populações cruzavam diariamente as fronteiras sem quaisquer problemas para o comércio ou para visitar familiares. (CECA, 1989)

2.4. Economia

O desenvolvimento do país era muito ténue derivado sobretudo ao clima, natureza do terreno e da sua dimensão. A população dependia essencialmente da agricultura de subsistência e apenas uma pequena parte dos produtos eram comercializados.

O comércio era controlado pela casa Gouveia e pela Companhia União Fabril (CUF)⁶, as quais eram também responsáveis pelas importações dos produtos manufaturados. O défice era muito elevado enquanto os lucros da casa Gouveia e CUF eram muito avultados. (Afonso e Gomes, 2009)

Um dos maiores problemas da Guiné-Bissau estava relacionado com a alimentação, mais especificamente com a escassez no abastecimento de arroz que constituía a base da alimentação da população. A carência na produção de cereais nos mercados mundiais e o aumento dos preços dos transportes, levou a que em 1973, houvesse a necessidade de

⁶ CUF- Companhia União Fabril chefiada por Alfredo Silva e António da Silva Gouveia da Casa Gouveia dominavam o comércio local e o mercado das oleaginosas e uma boa parte da economia da Guiné (Rollo, 2008)



racionar a distribuição do arroz e subir o seu preço de 5 para 7 escudos por quilo, dos quais o estado suportava 2,5 escudos. Nos países fronteiriços o preço do arroz era substancialmente superior. (Cunha, et al., 1977)

A pesca também tinha um papel de extrema importância para a alimentação das populações embora os valores de pescado não atingissem uma tonelagem anual significativa. (CECA, 1989)

Eram importados vários produtos para satisfação das necessidades das populações de onde se destacavam os têxteis, automóveis, maquinaria e matérias-primas diversas. Em 1960 foram importados cerca de 322 mil contos em produtos e em 1970 o valor mais que duplicou para cerca de 786 mil contos. Quanto às exportações, em 1960 foram exportados produtos no valor de cerca de 126 mil contos e em 1970 aproximadamente 90 mil contos. (CECA, 1989)

Em 1973, foram despendidos cerca de 160 mil contos, sobretudo na promoção social, desenvolvimento económico e de assistência. Em 1974, um elevado número de militares desempenhavam funções civis relacionados com a administração pública na ocupação dos quadros dos serviços provinciais. (Cunha, et al., 1977)

2.5. Educação

No início da década de 60, a população escolar era de apenas 61.000 alunos, com a seguinte distribuição:

- Ensino primário com 56.000 alunos;
- Ensino preparatório com 3800 alunos;
- Ensino secundário com 1700 alunos (Cunha, et al, 1977).

O número de professores fixava-se em 1050, dos quais 830 eram civis e 220 militares (Afonso e Gomes, 2009). O ensino era dividido em dois níveis: o ensino primário e o ensino profissional. O primeiro era mais vocacionado para as práticas agrícolas, pecuárias e oficinais, e destinado à classe baixa. O segundo, contemplava principalmente cursos de enfermagem, artes gráficas e corte, e era destinado às classes mais ricas. Paralelamente ao ensino corrente, existiam algumas escolas corânicas, que funcionavam como bastiões do extremismo muçulmano desempenhando “um papel essencial na propagação e proteção do islamismo, na preservação da identidade islâmica e na criação de uma contra-cultura”. (Garcia, 2000, p. 149)



2.6. Infraestruturas

Os principais portos marítimos eram o de Bissau, Bolama e Bubaque, enquanto os portos fluviais dignos de relevo eram o de Chaceu, Farim, Binta, São Domingos, Bambadinca, Xitole, Buba, Catió e Cacine. (CECA, 1989, p. 35)

A fraca rede estradal, pontes e caminhos de ferros, fazia da navegação fluvial a forma mais utilizada de transporte, pelo que existiam numerosas embarcações quer estatais quer particulares. (CECA, 1989, p. 35)

A Guiné dispunha de 3150 km de rede estradal, mas apenas 370 km eram asfaltadas, com a particularidade de algumas serem intransitáveis em determinados períodos do ano (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.** Carta da Província da Guiné). Os transportes coletivos supriam as necessidades com carreiras locais e de longo curso. (CECA, 1989, p. 35)

Existiam ainda vários aeródromos sobretudo em pistas de terra batida, sendo os mais importantes o de Bafatá, Nova Lamego, Farim, Tete, Cufar e Bolama, com voos regulares internos, e carreiras internacionais com Cabo-Verde e Lisboa. (CECA, 1989, p. 35) (0 Pistas de Aterragem da Guiné)

2.7. Síntese conclusiva

Situada na costa ocidental africana, a Guiné faz fronteira a Norte com o Senegal e a Sul com a Guiné-Conacri. O seu território tem uma superfície de 35 800 km², que abrange a plataforma continental, inúmeras ilhas litorais e vários arquipélagos, que sofrem grande influência das marés. Existem inúmeros rios que compartimentam a região como um todo e que, fruto do fluxo das marés, formam complexas rias na costa de submersão.

O clima é tipicamente tropical, com duas estações bem distintas, a estação das chuvas de novembro a maio, e a estação seca de junho a outubro. A vegetação é composta por espaços de palmeirais, sobretudo junto ao litoral, e por savana no interior.

A população estava distribuída de forma irregular no terreno e com uma composição heterogénea, verificando-se maior densidade populacional junto ao litoral. Existia uma diversidade grande de etnias sendo os Balantas, os Fulas, os Manjacos e Mandingas, aquelas com maior expressão.

Embora fosse uma província portuguesa, a cultura ocidental europeia não se refletia na população. O islamismo propagava-se de forma expressiva, devendo-se em muito às escolas corânicas, fundamentais para a proteção e preservação da identidade islâmica e na criação de uma contracultura.



A fraca rede estradal, pontes e caminhos de ferro, fez da navegação fluvial a forma mais utilizada de transporte. A compartimentação do terreno por obstáculos naturais assente em três rios de grande envergadura, com navegabilidade fortemente condicionada pelo regime de marés e inexistência de pontes, limitava significativamente o comando, o apoio logístico e o deslocamento de forças que ficavam condicionados aos meios navais e aéreos.

A Guiné-Bissau foi durante muitos anos governada a partir de Cabo-Verde. Não bastasse isso, à exceção da CUF e da casa Gouveia, nunca houve investimentos significativos ao nível socioeconómico ou ao nível de infraestruturas. Com base nestes dois aspetos, percebe-se que a Guiné-Bissau era encarada pelo poder português como um território sem grande potencial.

No capítulo seguinte são abordadas as principais alterações ao conceito de emprego das forças terrestres no que diz respeito à doutrina, à instrução, ao treino e à organização do sistema de forças no período entre 1963 e 1974.



3. Alterações no conceito de emprego das forças terrestres

No presente capítulo, serão abordadas as principais alterações ao conceito de emprego das forças terrestres no que diz respeito à doutrina, à instrução, ao treino e à organização do sistema de forças no período entre 1963 e 1974.

3.1. Alterações na doutrina

A partir do verão de 1958 – data geralmente considerada como o momento em que se dá a viragem estratégica de Portugal da OTAN para África – e face ao ponto de situação que primava pela ausência de medidas a tomar para fazer face às ameaças de guerra subversiva (Rodrigues, 2004, p. 43), inicia-se a preparação doutrinária para aquilo que já se antecipava para a década seguinte.

Entendeu-se que a melhor forma de obter conhecimento sobre subversão seria, numa fase inicial, efetuar missões específicas de estudo ao estrangeiro⁸, para posteriormente produzir doutrina própria. Assim, e logo a partir de outubro de 1958 (0Apêndice A - Missões específicas de estudo ao estrangeiro) estas missões iniciam-se, sendo os relatórios das mesmas utilizados pelo Tenente-Coronel Artur Henrique Nunes da Silva para dar origem aos “*Apontamentos para o Emprego das Forças Militares em Guerra Subversiva*”. Este projeto foi entregue no Estado Maior do Exército (EME), o qual, por fases (uma vez que cada secção do manual era experimentalmente aplicada no Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE), em Angola e nas Escolas Práticas para validação) havia de dar origem ao “*Exército na Guerra Subversiva*” em 1963, o qual sofreria apenas uma revisão em 1966. (Cann, 1998, pp. 70-1)

Assim, na Guiné, e em tempo útil para o início das hostilidades, estava disponível uma doutrina de contrainsurreição apropriada quer aos meios de Portugal, quer às circunstâncias enfrentadas em África. (Cann, 1998, p. 89) (0 Apêndice B - Períodos de consolidação doutrinária)

3.2. Alterações na instrução

Na sequência da viragem estratégica de Portugal para África inicia-se a reorganização do Exército, por via de publicação de legislação adequada. A direção superior da instrução sofre alterações por via da publicação do Decreto-Lei n.º 42564, de 07 de Outubro 1959, que determina que cabe à 5ª Repartição (na dependência do VCEME)

⁸ Nomeadamente de países que pudessem facultar conhecimento sobre a subversão e que se debatiam com este tipo de guerra tal como França na Argélia (1954-1962) e da Grã-Bretanha na Malásia (1948-60), no Quénia (1952-60) e em Chipre (1955-60) (Ribeiro, 2015, p. 220)



a responsabilidade direta pela direção da instrução e elaboração do Plano Geral de instrução do Exército. (CECA, 1988, pp. 305-10)

Considerando a “necessidade imperiosa de intensificar e, até certo ponto, centralizar a instrução dos quadros e forças do Exército nas várias modalidades de operações especiais”, com o Decreto-Lei n.º 42926 de 16 de Abril de 1960, é criado o CIOE em Lamego, com a missão de “instruir os quadros do Exército nas várias modalidades de «operações especiais» e realizar estágios de subunidades, tendo em vista aperfeiçoar a sua atuação numa ou mais modalidades destas operações”. (Ribeiro, 2015, p. 225)

Tomada a decisão de intervir em Angola em Abril de 1961, desde logo se fizeram sentir os seus efeitos também na instrução. Neste aspeto, decidiu-se constituir, à custa dos quadros do CIOE, equipas itinerantes de instrutores e monitores, que se deslocaram a outros centros de instrução para ministrarem estágios acelerados aos quadros mobilizáveis (CECA, 1988, p. 312). Em Março de 1961 é substituído o Plano Geral da Instrução (documento anual estruturante da instrução do Exército) (CECA, 1988, p. 304) pela circular n.º 1020 do VCEME, com alterações na instrução de Praças, que “se manteve sem alterações até 1974” (CECA, 1988, p. 324). Assim, no que à execução da instrução diz respeito, a mesma articula-se conforme tabela abaixo, procurando refletir as alterações ao longo do período da guerra:

Tabela 1- Resumo da organização da instrução do Exército em 1961

Instrução	Categoria	Destinatário	Local de Instrução	Duração	Finalidade
Preparação de Quadros	Oficiais	Oficiais do QP	Academia Militar		Formar Oficiais do QP das A/S (com exceção do Serviço Geral)
			Escola Central de Sargentos		Ministrar conhecimentos gerais e especiais para as funções de Oficial dos quadros técnicos
		Capitães do Quadro de Complemento ⁹	EPI		Formar Capitães do QComp
		Oficiais Milicianos	EPI – Instrução Básica	11 Semanas	Preparar Of Mil requeridos pelas necessidades de mobilização
	Escolas Práticas - Especialidades		11 Semanas		
	Sargentos	Fur do QP	A recrutar entre os Fur Mil e 1Cb do QP já com CSM e mediante concurso de provas públicas		
		Sargentos Milicianos	Instrução Básica	11 Semanas	Preparar Fur e Sargentos Mil requeridos pelas necessidades de mobilização
			Escolas Práticas - Especialidades	11 Semanas	

⁹ Desde 1970 por Despacho do Ministro do Exército de 20 de Julho



Caracterização do Teatro de Operações da Guiné-Bissau (1963-1974)

Preparação de Praças		Escola de Recrutas	Instrução Básica	Centros de Instrução Básica (CIB) ¹⁰	09 Semanas	Iniciação militar e educação do recruta em geral
			Instrução Especial	Centros de Instrução Especial (CIE) ¹¹	07 Semanas	Formação técnica e tática da função específica
Instruções Especiais	COE ²	Oficiais	01 Subalterno p/ Companhia mobilizada	CIOE		Garantir atualização da doutrina CIOE nas Companhias
	EOE ³	Graduados	Oficiais (COM) e Sargentos (CSM)			
	Comandos ⁴	Unidades Comandos		CIOE e CIC		Preparar militares exclusivamente para a intervenção operacional

(Adaptado de (CECA, 1988, pp. 305-335))

A guerra obrigou a um conjunto de alterações que a seguir se procuram resumir:

- **Oficiais QP:**
 - Publicação de legislação com vista ao oferecimento de facilidades aos possíveis candidatos por dificuldade de preenchimento de vagas na Academia Militar (CECA, 1988, p. 315);
 - A situação acima obrigou a Escola Central de Sargentos a habilitar para a promoção a Oficial do Quadro de Serviço Geral e Técnicos um número muito mais elevado de Sargentos ¹⁶ (CECA, 1988, p. 317);
- **Oficiais Milicianos:**
 - Aumento em 1966 de 01 Curso de Oficiais Milicianos (COM) anual para 04 por ano;
- **Sargentos QP:**
 - Manteve-se o sistema de recrutamento de entre os Fur Mil e 1Cb do QP já com Curso de Sargentos Milicianos (CSM);
- **Sargentos Milicianos**
 - Aumento em 1967 de 01 CSM anual para 04 por ano;
- **Praças**
 - Sem alteração ao longo da guerra desde a circular n.º 1020 do VCEME (ver Tabela 1);

¹⁰ Na dependência da Direção da Arma de Infantaria (circular n.º 1020/VCEME/61)

¹¹ Na dependência da respetiva Direção da Arma (circular n.º 1020/VCEME/61)

¹² Curso de Operações Especiais (Cancelado em 1968) (CECA, 1988, p. 328)

¹³ Estágio de Operações Especiais (Ativado em 1968 para substituir o COE) (CECA, 1988, p. 329)

¹⁴ Primeiras experiências em 1962 em Angola; em 1964 na Guiné; em 1967 reorganização do CIOE e CIC para formação de Companhias Comandos (CECA, 1988, p. 330)

¹⁶ Em 1966, o número total de alunos foi de 42. Em 1971, ascendeu a 287 (CECA, 1988, p. 317)



- Criação de Cursos Especiais

- A criação do Curso e Estágio de Operações Especiais e Curso de Comandos, surgiram exclusivamente das necessidades da contra subversão.

A instrução não decorria unicamente na metrópole, mas também nas Províncias Ultramarinas, que regendo-se por diretivas semelhantes e objetivos iguais, obedecia a esquemas e planos diferentes (por exemplo a necessidade de ensinar os mancebos a falar português era uma realidade pelo que constava nos planos de instrução). Na Guiné a execução da instrução (de recrutamento local)¹⁷ era conforme tabela abaixo:

Tabela 2- Resumo da instrução ministrada na Guiné

Instrução	Categoria	Destinatário		Local de Instrução	Duração	Obs.
Preparação de Quadros	Oficiais	Oficiais Milicianos		Metrópole	11	Os mancebos destinados ao COM frequentavam os cursos nos CI na metrópole
				EPI – Instrução Básica	Semanas	
	Sargentos	Sargentos Milicianos		Metrópole	11	40 Mancebos por ano
				Escolas Práticas - Especialidades	Semanas	
Preparação de Praças	Praças	Escola de Recrutas	Instrução Básica	Centro de Instrução Militar/Guiné		1000 mancebos por ano (2/3 turnos por ano)
			Instrução Especial			
Instruções Especiais	Comandos	Unidades Comandos		CICmds/Guiné		<ul style="list-style-type: none">• 01 Companhia em 1970• 03 Companhias em 1974
Milícias		Milícias		Guiné		<ul style="list-style-type: none">• 1.542 em 1971• 1.848 em 1972

(Adaptado de (CECA, 1988, p. 336) e (CECA, 2002, pp. 17-21)

As milícias eram exclusivamente usadas na Guiné a partir de 1964. De recrutamento local, eram uma força paramilitar que se designavam Milícias Normais, quando empregues na defesa e proteção da população contra ataques, pelo que nesse desiderato se encontravam na dependência do comandante militar local, ou Milícias Especiais destinada a cumprir tarefas de contraguerrilha ofensivas longe das defesas locais. (Cann, 1998, p. 137)

3.3. Alterações no treino

Aquando do início do conflito na Guiné praticamente havia-se congelado a preparação do Exército para a guerra clássica e todo o treino das unidades orientou-se para

¹⁷ Os dados apresentados somente relatam a situação após 1969, por ter sido nesse ano instituída a obrigatoriedade de inscrever nos Relatórios Anuais de Instrução a atividade de instrução nas Províncias Ultramarinas



a luta anti-subversiva (CECA, 1990, p. 126), podendo-se agrupar o treino conduzido em Instrução de Aperfeiçoamento Operacional (IAO) – uma novidade e decorrente das necessidades da guerra – e Instrução de Aperfeiçoamento dos Quadros e das Tropas (IAQT) - que já vinha sendo realizada do antecedente. Apesar de a IAO e a IAQT fazerem parte da “instrução operacional” (CECA, 1988, p. 331), e fazer parecer que se trata de instrução, os seus participantes eram quadros e forças constituídas e por isso aproximavam-se mais do quadro concetual de “treino” que vigora hoje em dia.

Na metrópole, a IAO tinha normalmente a duração de três semanas, com o objetivo de preparar as forças mobilizadas para o Ultramar. No entanto, era com frequência encurtada, seja por motivos de capacidade de infraestruturas seja por necessidade de projeção, e nestes casos com consequências no grau de proficiência (CECA, 1988, p. 332). A IAQT, tinha a finalidade de preparar forças das unidades territoriais para a segurança interna e para colaborar em exercícios¹⁸ com países estrangeiros.

Tabela 3- Resumo da organização do treino do Exército em 1961

Instrução		Categoria	Destinatário	Local de Instrução	Duração	Finalidade
Instrução Operacional	IAO	Unidades constituídas		CIE mobilizadores ou Guiné	03 Semanas	Preparar forças mobilizadas para o Ultramar (a partir de 1972, também, no TO da Guiné)
	IAQT	Unidades constituídas das unidades territoriais		Nas regiões militares e CMSM	Variável	Preparar forças das unidades territoriais para a segurança interna e para colaborar em exercícios com países estrangeiros

(Adaptado de (CECA, 1988, pp. 305-335))

Pode-se dizer que o treino no TO servia três propósitos: treinar tropas recrutadas localmente; adaptar as tropas chegadas da metrópole às peculiaridades da contrainsurreição em África (Cann, 1998, p. 112); e treino prévio às operações. O treino das tropas locais era feito no seguimento da sua instrução (Tabela 3). A adaptação das tropas chegadas da metrópole surge em consequência dos comandos militares acusarem deficiências na preparação das forças, bem como pelo efeito da viagem marítima (que chegava a demorar um mês), e também do facto das condições climáticas adversas recomendaram que pelo menos uma parte da IAO fosse realizada na província de destino (CECA, 1988, pp. 333-4). Na Guiné, tal viria a acontecer já pela mão do General Spínola com o objetivo de sensibilizar as tropas recém-chegadas da metrópole para o combate de contraguerrilha, tal como decorria naquele TO (Cann, 1998, p. 114). A IAO era conduzida no Centro de Instrução Militar (Bolama) e no Campo Militar de Instrução (Cumeré). Por último, o treino também decorria já no TO, na preparação para operações específicas, como foi o caso da

¹⁸ O último exercício combinado foi o luso-espanhol SALADO em 1966 (CECA, 1988, p. 335)



operação Mar Verde. Com efeito, para essa operação e a partir do final do ano de 1969, a força¹⁹ concentrou-se na lha de Soga, no arquipélago dos Bijagós, para iniciar o seu treino. Este havia de decorrer ao longo de um ano, uma vez que a mesma desencadeou-se no dia 22 de novembro de 1970. (CECA, 2015, p. 512)

3.4. Evolução da organização do sistema de forças

Em 1959, na iminência de ocorrência de movimentos armados com o objetivo da independência dos territórios ultramarinos africanos, foram tomadas medidas de reestruturação do dispositivo militar de Portugal.

Foram criadas cinco regiões militares, que incluíam Moçambique e Angola, e sete Comandos Territoriais Independentes, nos quais se incluía o Comando Territorial Independente da Guiné (CTIG). Em 1961, na fase inicial das hostilidades pontuais, o Exército dispunha as suas unidades no terreno “segundo a hierarquia habitual: comando-chefe; comando militar; zonas militares, à responsabilidade de comandos de agrupamentos; sectores entregues a comandos de batalhão; subsectores a comandos de companhia; e destacamentos de pelotão e por vezes até de secção” (CECA, 1989, p. 58). No Apêndice C podem ser consultado o quadro resumo com número de Unidades Escalão Companhia (UEC) e Unidades Escalão Batalhão (UEB) em cada período de reorganização a seguir referenciado.

3.4.1. Organização em meados de 1962

Assim, em 1962 com o CTIG localizado em Bissau, existiam no TO da Guiné quatro Zonas de Ação (ZA): Bula a Oeste segurando metade da fronteira com o Senegal, Bafatá a Este com a restante fronteira com o Senegal e parte da fronteira com a Guiné-Conacri, Tite a Sul com o remanescente da fronteira, e Bissau ao centro, cada uma destas ZA com um Comando de Batalhão (CmdBat).

Na ZA de Bula, uma UEC guarnecia esta localidade, sendo que outras duas UEC guarneciam Teixeira Pinto e Mansoa. Todas estas unidades tinham destacamentos de pelotão. Em Bafatá existiam apenas duas UEC, uma nesta localidade e outra em Nova Lamago, mas dada a extensa ZA e baixa densidade populacional, todas as Unidade Escalão Pelotão (UEP) ocupavam destacamentos distantes. A Sul, em Tite, as três UEC ocupavam bases em outras tantas localidades e ainda montavam destacamentos isolados de UEP. Na ZA de Bissau a maioria das forças estavam estacionadas na cidade sendo compostas por 3

¹⁹ Militares dos comandos e fuzileiros africanos enquadrados por graduados, oficiais e sargentos europeus dos comandos, fuzileiros e para-quedistas, perfazendo um total de 250 operacionais



UEC. Como reserva, o CTIG dispunha de um Batalhão de Caçadores (BatCac) e outros meios de apoio, que incluíam unidades de reconhecimento, polícia militar, morteiros, canhão sem recuo, artilharia de campanha e artilharia antiaérea, para além das unidades de apoio de serviços que estavam concentradas em Bissau.

3.4.2. Organização no final de 1963

Com o reforço do dispositivo militar foram criadas mais três ZA. Bula foi dividida em duas: Bula (quatro UEC) a Oeste e Mansoa (seis UEC) ocupando a parte Norte-Central do TO. A ZA de Tite foi dividida por sua vez em três ZA: Catió (três UEC) a Sul, Buba (três UEC) a Este e uma ZA de Tite (três UEC) mais pequena com a área de fronteira com a Guiné-Conacri.

Mantendo Bissau (três UEC mais uma de reserva) e Bafatá (cinco UEC) a mesma área, “verifica-se, assim, que as atenções se fixaram especialmente no Sudoeste do território e também na fronteira Norte” (CECA, 1989, p. 65). As localidades que antes eram ocupadas por UEP passaram na sua quase totalidade a ser ocupadas por UEC.

3.4.3. Organização no final de 1964

No início de 1964 foi lançada a Operação Tridente, com o objetivo de recuperar o controlo da região do Como mas que não teve os resultados operacionais desejados. O terreno acidentado, sujeito às oscilações das marés que o tornavam bastante alagado, bem como a população, que apoiava os insurgentes, dificultaram “uma operação de larga escala, não havendo qualquer garantia de uma vitória efetiva sobre a guerrilha”. (Gomes, 2014)

Após o fracasso da Operação Tridente, poucas vezes se intentou, nos primeiros anos realizar outras operações de grande envergadura. Ao invés, apostou-se na colocação das unidades militares junto das populações e o “plano de distribuição dos batalhões e companhias pelo Teatro de Operações da Guiné revelava essa preocupação pois os seus aquartelamentos-base ficavam sempre junto de aglomerados populacionais” (Policarpo, 2010, p. 61). Inclusive eram destacadas forças, num conceito de proteção das populações, para junto dos povoados mais distantes produzindo alguns benefícios. Por um lado protegia-se as populações que eram favoráveis à presença portuguesa, e por outro evitava-se que estas colaborassem com o inimigo, fosse de uma forma voluntária ou por coação. Acreditava-se até que esta dispersão iria permitir ter força mais perto da ação armada do inimigo de modo a responder-lhe em tempo. Havia também um fator psicológico adicional dentro das forças portuguesas e das populações de um certo apoio mútuo, criado por uma malha densa de forças que se podiam socorrer umas às outras, muito característico do



posicionamento de “forças em quadrícula”. No entanto este sistema de maior descentralização e perda de capacidade de comando e controlo acarretava vicissitudes que não favoreciam o esforço de guerra. Ocorria assim que havia unidades que estavam localizadas junto às fronteiras “à mercê de ações contrárias, partindo diretamente dos países vizinhos”. (CECA, 1989, p. 57)

Em Bissau, o CTIG contava com três UEB de reserva, num total de 12 UEB para todo o TO da Guiné. Este reforço de presença militar foi mais notório junto à fronteira com a Guiné-Conacri na região de Cacine. Foram também referenciados os primeiros grupos de comandos em reserva do Comando Militar e também as primeiras unidades constituídas por milícias locais.

3.4.4. Organização no final de 1966

Neste biênio, o efetivo aumentou ligeiramente e houve uma reestruturação de forças. Foi constituído o Comando de Agrupamento (CmdAgr) 24 para controlar a Zona Militar (ZM) Este e as reservas que estavam concentradas em Bissau foram atribuídas às ZM ou foram preposicionadas noutras localizações. É de notar um aumento de 15 UEC de milícias sinal que “aumentou notavelmente o empenho da população local na luta ativa”. (CECA, 1989, p. 76)

3.4.5. Organização no final de 1968

Em 1968 os ganhos da guerrilha começavam a tornar-se por demais evidentes e a Comunidade Internacional reconhecia essa sua presença, pelo que, em março de 1968, “o Governo decidiu promover o reajuste da estratégia da defesa para esta província, começando por substituir o comandante-chefe” pelo Brigadeiro António de Spínola (Policarpo, 2010, p. 64). Este começou por reconhecer a existência de áreas controladas pela guerrilha e ordenou a retirada de forças destas áreas. Concentrou esforços na frente Norte e criou forças de intervenção prontas a operar em qualquer ponto do TO na sua dependência direta. “Decidiu abandonar algumas guarnições de fronteira, flageladas duramente a partir de bases existentes nos países limítrofes, e outras, cujo interesse estratégico e tático era muito discutível” (Policarpo, 2010, p. 67). O foco passou a ser as bases de sustentação da guerrilha no território da Guiné e foram desenhadas operações ofensivas com recurso a forças especiais da metrópole e nativas. “Segundo o novo conceito substituiu-se, nalguns casos, a presença efetiva na área pelo dinamismo da intervenção” (CECA, 1989, p. 58). Essas operações eram lançadas inclusive para lá da fronteira, assumindo o risco político que tais ações em território estrangeiro poderiam trazer.



A Oeste, na localidade de Bigene, foi criado o Comando Operacional 3 (COP 3) no qual as UEB respondiam diretamente ao novo Comandante-Chefe sem escalão coordenador. Este passou também a contar com uma Companhia de Comandos em reserva para todo o TO.

3.4.6. Organização em meados de 1970

Entre 1969 e 1970 surgiram uma série de diretivas que apontavam a população como o objeto essencial da luta anti subversiva e que instituía um conceito de concentração de população e proximidade entre a autoridade e as pessoas. “Em lugar da ocupação efetiva de todo o território, dava-se ênfase à denominada manobra socioeconómica, fazendo convergir as forças para as zonas de ocupação populacional” (CECA, 1989, p. 58). A intenção era reordenar as populações mais afetadas à administração portuguesa garantindo estas a sua autodefesa, exercendo pressão para que as populações não controladas se movimentassem e organizassem junto das autoridades portuguesas e exercessem ação psicológica sobre as populações controladas pelos guerrilheiros procurando que estas os deixassem de apoiar ou no mínimo que aceitassem parcialmente o controlo português. Para o reordenamento e a movimentação de famílias foi necessário que as aldeias albergassem no seu seio os aquartelamentos das forças portuguesas. “As instalações militares distribuíam-se pelo aldeamento, fundindo-se com ele, de forma a confundir o inimigo e a inibi-lo de o flagelar, com receio de atacar a sua própria população” (Policarpo, 2010, p. 90). Esta estratégia de proximidade permitiu adicionalmente a criação de corpos de autodefesa locais, a criação de forças auxiliares e de milícias que mais tarde vieram a integrar o próprio Exército Português. A preocupação com a manobra socioeconómica levou mesmo a que se desocupassem áreas desabitadas ou pouco habitadas, passando estas “a ser designadas por Zonas de Intervenção do Comando-Chefe (ZICC)”. (CECA, 1989, p. 99)

3.4.7. Organização em abril de 1974

Até 1973 não ocorrem alterações significativas, mas a partir de setembro, com a morte do líder do PAIGC, Amílcar Cabral, a pressão do conflito foi aumentando degradando progressivamente a situação militar, sendo “previsível o colapso do Exército Português num período relativamente curto, que poderia oscilar entre seis meses a um ano” (Policarpo, 2010, p. 118). Nesse período, a Este, os Comandos dos Agrupamentos Operacionais (CAOP) mantinham UEC de milícias agora reforçados com Grupos Especiais e o Comandante-Chefe do TO mantinha em Bissau um Batalhão de Comandos, a quatro UEC, como reserva.



3.5. Síntese conclusiva

As alterações na doutrina, instrução e treino referidas foram abrangentes para todo o Exército, preparando-se algumas delas ainda no final da década de 50. Aliás, aquando do início do conflito na Guiné, em 1963, as alterações referenciadas estavam já concluídas, e inclusive “*O Exército na Guerra Subversiva*” estava distribuído. Assim, não se pode deduzir que resultaram das características do TO da Guiné, alterações no conceito de emprego das forças terrestres no que à doutrina diz respeito.

No que concerne a instrução de forças, esta não decorria unicamente na metrópole, mas também no TO, onde havia recrutamento para a formação de milícias. Embora seguissem diretivas e objetivos semelhantes, os planos de instrução foram adaptados às realidades locais. As diferenças culturais e o nível de escolaridade dos elementos alistados foram certamente elementos preponderantes nas adaptações que foram feitas na instrução. Uma dessas adaptações prendeu-se com a necessidade de ensinar os mancebos a falar português. Por força da cultura ocidental europeia não se refletir na população e da língua portuguesa não estar devidamente difundida, os idiomas utilizados pela população eram próprios das diversas etnias, o que dificultava o papel dos comandantes e dos instrutores, que enfrentavam grandes constrangimentos na comunicação.

A criação do CIOE prendeu-se com a necessidade de conduzir instrução nas várias modalidades de operações especiais e aperfeiçoar a atuação de quadros e subunidades neste tipo de operações. No entanto, o emprego deste tipo de unidades deveu-se mais à tipologia do inimigo a enfrentar e à sua forma de atuação, do que propriamente às características do TO.

Quanto ao treino, a preparação das forças decorria em parte na metrópole e era orientada para a tipologia de conflito que iam enfrentar. Outra parte do treino era ministrada nos TO para permitir que as tropas chegadas da metrópole se adaptassem às condições climatéricas adversas, que no caso da Guiné-Bissau, combinavam a extrema humidade das monções tropicais, com os ventos quentes e muito secos vindos do deserto, gerando um ambiente extremamente pesado e depauperante para os militares.

No treino que decorria no TO para a preparação de operações específicas, era frequente o emprego conjunto de elementos das forças terrestres com unidades de fuzileiros. Deduz-se que tal acontecia porque o terreno dificultava imenso a progressão terrestre, fazendo da navegação fluvial a forma mais fácil de aproximação aos objetivos.



Como esta última era fortemente condicionada pelas marés, havia a necessidade de reforçar o treino dos militares em operações anfíbias.

Cedo se percebeu que parte da população apoiava os insurgentes, o que dificultaria a vitória portuguesa. Com efeito, poucas vezes se realizaram operações de grande envergadura, apostando-se mais na dispersão das unidades militares para junto das populações, num conceito de proteção dos povoados. Por um lado protegia-se as populações que eram favoráveis à presença portuguesa, e por outro evitava-se que estas colaborassem com o inimigo. Essa disposição permitia também, em teoria, que as forças se pudessem socorrer umas às outras, gerando o fator psicológico de apoio mútuo dentro das forças portuguesas e das populações. No entanto, este sistema, mais descentralizado e com perda de capacidade de comando e controlo acarretava vicissitudes que não favoreciam o esforço de guerra, já que a população estava distribuída de forma irregular no terreno, com uma composição heterogénea e muito pouco densa. Havia por isso um grande número de pequenas unidades a ocupar destacamentos distantes, onde os acessos eram muito limitados, deitando por terra qualquer conceito de apoio mútuo entre unidades e produzindo fracos resultados, face ao que era esperado. Ocorria ainda que algumas dessas unidades destacadas tinham de ficar localizadas junto à fronteira, altamente permeável, e por isso facilmente à mercê de ações inimigas lançadas a partir dos países limítrofes.

A partir de 1968, percebendo-se que essa configuração do sistema de forças era vulnerável e que os efeitos sobre a população, embora positivos, eram insuficientes, decidiu-se fazer um reajuste, abandonando algumas guarnições de fronteira e substituindo a ocupação efetiva de todo o território pelo dinamismo das forças de intervenção e pela denominada manobra socioeconómica. Manobra que consistia num conceito de convergência das populações dispersas para junto das autoridades portuguesas, permitindo dessa forma concentrar mais as unidades militares e aumentar a relação de proximidade entre a autoridade e as pessoas.

De seguida, iremos apresentar as conclusões que derivaram do nosso trabalho de investigação sobre o tema em análise.



Conclusões

Neste trabalho de investigação foi estudada a correlação entre as características do TO da Guiné-Bissau e as alterações que se verificaram no conceito emprego das forças terrestres. Concluimos que foram introduzidas algumas alterações ao nível da instrução, do treino e da organização do sistema de forças, fruto dos atributos da população e das propriedades físicas do país.

O nosso estudo foi baseado essencialmente no método dedutivo, onde foram utilizados os dados recolhidos nas diversas fontes bibliográficas. A metodologia de investigação consubstanciou-se numa abordagem de índole qualitativa, na qual a recolha de dados foi feita com recurso à análise documental. Quanto ao desenho de pesquisa, este consistiu na pesquisa histórica, com a utilização da informação patente nas fontes consultadas. O percurso de investigação foi dividido em três fases: exploratória, analítica e conclusiva. Na fase exploratória, foram feitas leituras preambulares e foi consultada documentação de referência com vista ao enquadramento geral e à definição e concetualização de um plano de trabalho. Após a definição do plano de trabalho, na fase analítica, foi feita a recolha e tratamento de dados obtidos por meio de pesquisa documental. Por fim, na fase conclusiva, foi feita uma análise e uma revisão empírica dos resultados obtidos e dos conhecimentos obtidos.

O trabalho de investigação teve como Objetivo Geral (OG) avaliar a correlação entre as características do TO da Guiné-Bissau e as alterações que se verificaram no conceito emprego das forças terrestres, que deu origem à seguinte QC: “Quais as alterações que as características do Teatro de Operações da Guiné-Bissau induziram no conceito de emprego das forças terrestres?”.

Deste OG, foram derivados dois OE que permitiram sistematizar e simplificar o nosso estudo. O OE1 foi definido como “Analisar elementos étnicos, geográficos e socioeconómicos relevantes acerca do território guineense” do qual foi inferida a QD: “Quais eram as principais características do TO, em termos étnicos, geográficos e socioeconómicos?”. Como resposta a esta QD e respetivo OE, pudemos constatar no capítulo 2 que, aquando do conflito, a população estava distribuída de forma irregular no terreno, com uma composição heterogénea e muito pouco densa. Existia uma diversidade grande de etnias sendo os Balantas, os Fulas, os Manjacos e Mandingas, aquelas com maior expressão. A língua portuguesa estava pouco difundida, falando-se sobretudo crioulo, francês e uma variedade de línguas africanas nativas das suas etnias. O território



era amplo abrangendo a plataforma continental, inúmeras ilhas litorais e vários arquipélagos, que sofriam grande influência das marés, condicionando fortemente a navegabilidade. Associada a isto, a inexistência de pontes, limitava significativamente o comando, o apoio logístico e o deslocamento de forças que ficavam condicionados aos meios navais e aéreos. A fronteira com os países limítrofes era extensa e altamente permeável e o clima era tipicamente tropical combinando a extrema humidade das monções tropicais, com os ventos quentes e muito secos vindos do deserto. Não havia investimentos significativos ao nível socioeconómico ou ao nível de infraestruturas, pelo que, embora fosse uma província portuguesa, os níveis de escolaridade eram baixos e a cultura ocidental europeia não se refletia na população.

O segundo OE foi formulado como sendo “Analisar as alterações no conceito de emprego das forças da componente terrestre, especificamente no que concerne a doutrina, a instrução, o treino e a evolução da organização do sistema de forças” a partir do qual se construiu a seguinte QD2: “Quais foram as alterações introduzidas no conceito de emprego de forças terrestres, no que diz respeito à doutrina, à instrução, ao treino e à organização do sistema de forças?”. A fim de elucidar sobre este OE e esta QD, verificámos no capítulo 3 que não se pode deduzir que resultaram das características do TO da Guiné, alterações no conceito de emprego das forças terrestres, no que à doutrina respeito. A necessidade de instruir unidades de Operações Especiais também não se deveu propriamente às características do TO, mas antes à tipologia do inimigo e à sua forma de atuação. Por outro lado, as diferenças culturais, o nível de escolaridade dos elementos locais que se alistavam nas milícias foram elementos preponderantes para as adaptações que foram feitas nos planos de instrução no TO. Uma dessas adaptações prendeu-se precisamente com a necessidade de ensinar os mancebos a falar português. Quanto ao treino, a preparação das forças enviadas para África decorria em parte na metrópole e outra parte nos respetivos TO, para permitir que as tropas recém chegadas se adaptassem às condições climatéricas adversas, que no caso da Guiné-Bissau, combinavam a extrema humidade das monções tropicais, com os ventos quentes e muito secos vindos do deserto, gerando um ambiente extremamente pesado e depauperante para os militares. No TO, nas ações de treino para operações específicas, era frequente o emprego conjunto de elementos das forças terrestres com unidades de fuzileiros. Tal acontecia porque a progressão por via terrestre era extremamente difícil fazendo da navegação fluvial a forma mais fácil de aproximação aos objetivos. Mesmo sendo a forma mais fácil de aproximação, esta era fortemente



condicionada pelas marés, e por isso havia a necessidade de reforçar o treino dos militares em operações anfíbias.

Parte da população local apoiava os insurgentes, pelo que no início do conflito, apostou-se na dispersão das unidades militares para junto das populações, protegendo dessa forma aquelas que eram favoráveis à presença portuguesa e evitando que as adversas colaborassem com o inimigo. Isso permitia também, em teoria, que houvesse apoio mútuo entre as várias unidades militares. No entanto a população estava distribuída de forma irregular no terreno, com uma composição heterogénea e muito pouco densa, o que obrigava muitas unidades a ocuparem destacamentos distantes, onde os acessos eram muito limitados, para produzirem efeitos muito pouco significativos. Algumas dessas unidades destacadas ficavam também localizadas junto à fronteira, altamente permeável, e por isso facilmente à mercê de ações inimigas lançadas a partir dos países limítrofes. Percebendo-se que com essa configuração, o sistema de forças era vulnerável e que os efeitos sobre a população não atingiam as pretensões, decidiu-se fazer um reajuste, abandonando algumas guarnições de fronteira e substituindo a ocupação efetiva de todo o território pelo dinamismo das forças de intervenção e pela denominada manobra socioeconómica que fazia convergir as populações dispersas para junto das autoridades portuguesas, permitindo dessa forma concentrar mais as unidades militares e aumentar a relação de proximidade entre a autoridade e as pessoas.

Este conjunto de respostas aos vários OE e consequentes QD permite criar uma resposta ao OG formulado inicialmente bem como à respetiva QC. Esta resposta não é mais que a conjugação das respostas parciais acima elencadas, que identificam as alterações no conceito de emprego das forças terrestres induzidas pelas características do TO da Guiné-Bissau. Uma das alterações prendeu-se com a necessidade de adaptar os planos de instrução no TO para fazer face às diferenças culturais e ao nível de escolaridade dos elementos locais que se alistavam. Outra alteração adveio da necessidade dos militares portugueses se adaptarem às condições climáticas adversas e por isso parte do treino das forças portuguesas era conduzido no TO. Ainda no âmbito do treino, para a preparação de operações específicas havia a necessidade de reforçar o treino dos militares em operações anfíbias, uma vez que, fruto das características do terreno, a navegação fluvial, embora fosse fortemente condicionada pelas marés, era a forma mais fácil de aproximação aos objetivos. Por fim, verificou-se que a dispersão populacional e os acessos muito condicionados às povoações, levou à conversão do dispositivo de forças inicial, que



dispunha as forças por todo o território, para um dispositivo de forças mais concentrado, fazendo antes convergir as populações dispersas para junto das autoridades portuguesas. A permeabilidade da fronteira permitia ao inimigo circular livremente e lançar ataques a partir dos países limítrofes, o que fez com que algumas guarnições de fronteira tivessem de ser abandonadas. A ocupação efetiva de todo o território foi substituída pelo dinamismo das forças de intervenção e pela denominada manobra socioeconómica.

Como foi referido na revisão da literatura, nenhuma das obras consultadas aborda ou identifica o conceito de emprego das Forças Armadas Portuguesas que vigorava nos diferentes períodos da guerra e muito menos o fazem em respeito ao conceito de emprego das forças terrestres em específico. Mesmo nas publicações inteiramente dedicadas ao conflito na Guiné-Bissau, não são enquadrados de forma objetiva as transformações na doutrina, no treino, na instrução ou na organização do sistema de forças, que daí resultaram. Retendo esta temática alguma falta de tratamento, o trabalho traz alguns dados novos que se encontravam dispersos e que permitem compreender como o Exército se adaptou face aos desafios com que se deparou na Campanha de África.

Concluindo o nosso trabalho, verificamos que existe informação que não pode ser incorporada e vertida em conhecimento fruto de algumas limitações. Uma dessas limitações prendeu-se com a inexperiência dos autores no tratamento da imensa quantidade de dados disponíveis sobre esta matéria. Outra prendeu-se com a dispersão dos dados e do tempo disponível, sempre limitado, para a sua recolha e tratamento.

Para proposta de futuras investigações, considera-se que seria interessante complementar o nosso estudo com as alterações induzidas pelas características do inimigo com que as forças terrestres se depararam na Guiné-Bissau e assim obter um panorama mais abrangente da forma como o Exército se adaptou aquele TO.



Referências Bibliográficas

- Afonso, A. e Gomes, C. M., 2009. *Os Anos da Guerra Colonial: 1961-1975*. Lisboa: QuidNovi.
- Bacelar, S., 2000. *A Guerra em África 1961-1974: Estratégias adoptadas pelas Forças Armadas*. Porto: s.n.
- Cann, J. P., 1998. *Contra-Insurreição em África, 1961-1974 - O modo português de fazer a guerra*. Estoril: Edições Atena Lda..
- CECA, 1988. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974): I Enquadramento Geral*. 2.^a ed. Lisboa: Beira Douro, Lda.
- CECA, 1989. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1962-1974): III Dispositivo das Nossas Forças Guiné*. Lisboa: Pentaedro.
- CECA, 2015. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974): VI Aspectos da Atividade Operacional - Tomo II - Guiné (Livro2)*. 1.^a ed. Lisboa: CAVE.
- Círculo de Leitores, 1986. *Moderna Enciclopédia Universal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Comando Territorial da Guiné, Quartel General, s.d. *Pistas de aterragem na Guiné*. s.l.:s.n.
- Cunha, J., Arriaga, K., Rodrigues, B. e Marques, S. S., 1977. *África A Vitória Traída*. Lisboa: Editorial Intervenção.
- Exército Português, 2012. *PDE 03-00 Operações*. s.l.:s.n.
- Garcia, F., 2000. *Guiné 1963-1974 : Os movimentos independentistas, o Islão e o poder português*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.
- Gomes, D. F. M. J., 2014. 50 anos da Operação Tridente. *Revista Militar*, Junho/Julho.
- Gouveia, J. G., 2017. *Guiné-Bissau de Colónia a Independente*. [Em linha] Disponível em: <http://www.cart1525.com>, [Acedido em 28 março 2017].
- Mendy, P. e. a., 1996. *Historical Dictionary of the Republic of Guinea- Bissau*. 3rd edition ed. s.l.:Scarecrow Press.
- Mota, T. d., s.d. *Guiné Portuguesa*. s.l.:s.n.
- Policarpo, F., 2010. *A Guerra da Guiné 1963-1974*. Matosinhos: Quidnovi.
- Ribeiro, J., 2015. O Corpo de Estado Maior e a doutrina de contra subversão portuguesa, 1958-1963. Em: *O Corpo de Estado Maior do Exército Português: Apogeu e Queda*. Lisboa: Fronteira do Caos Editores.



Rodrigues, L., 2004. *Costa Gomes, no epicentro do furacão*. Lisboa: Prefácio.

Rollo, M. F., 2008. *No Centenário da CUF - O “Grande Industrial” Alfredo da Silva(1871-1942)-II*. [Em linha] Disponível em: <http://www.ordemengenheiros.pt/pt/centro-de-informacao/dossiers/historias-da-engenharia/no-centenario-da-cuf-o-grande-industrial-alfredo-da-silva-1871-1942-ii/>, [Acedido em 24 março 2017].

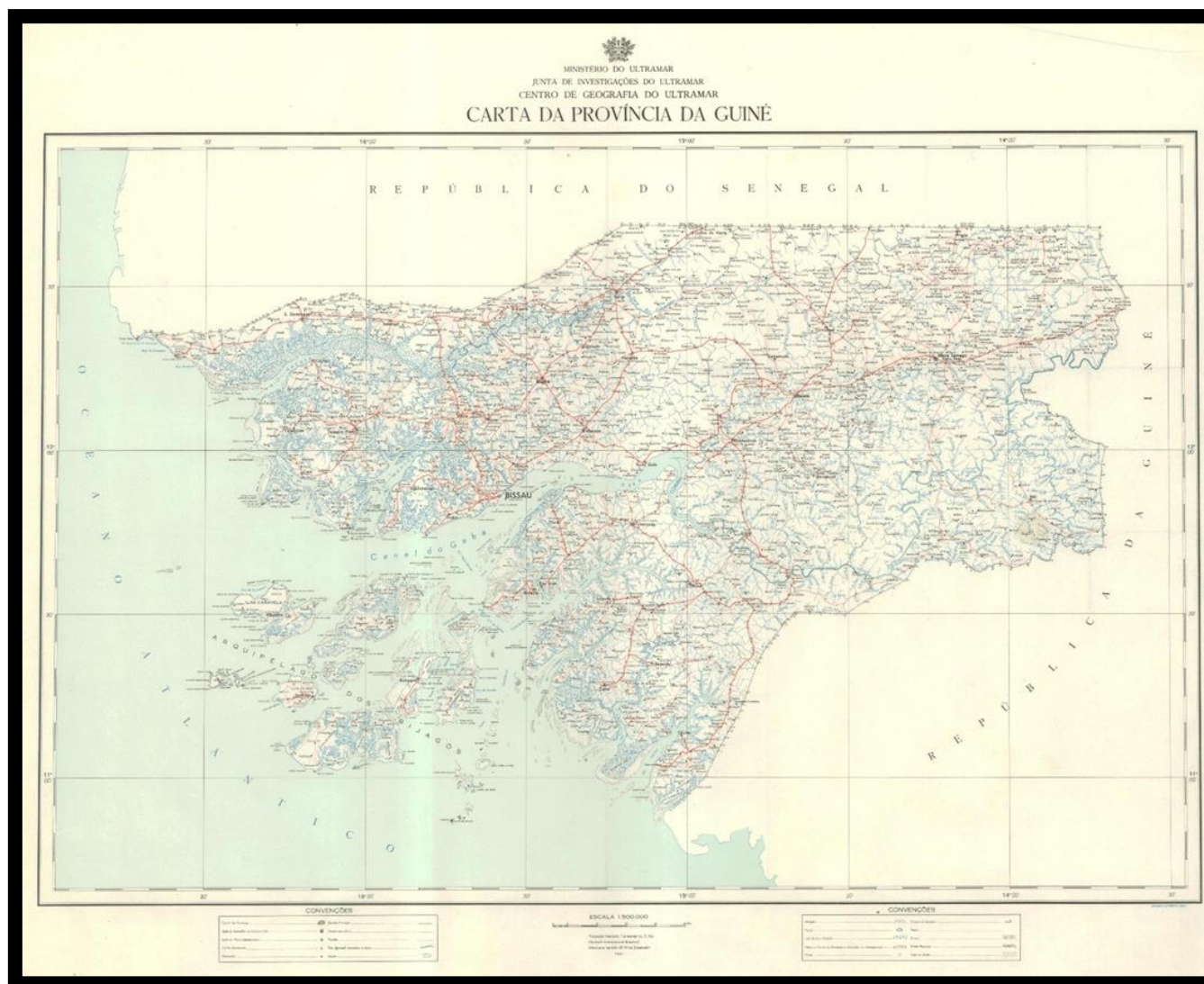
Santos, L. A. N. d. e Lima, J. M. M. d. V. edits., 2016. *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. Lisboa: IUM..

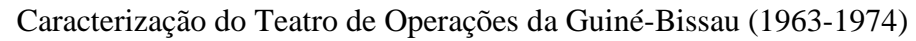
Teixeira, A. J. d. S., 1961. *Guiné Portuguesa*. s.l.:s.n.

Ultramar, C. d. G. d., 1961. *Carta da Província da Guiné*. s.l.:s.n.



Anexo A — Carta da Província da Guiné (Ultramar, 1961)



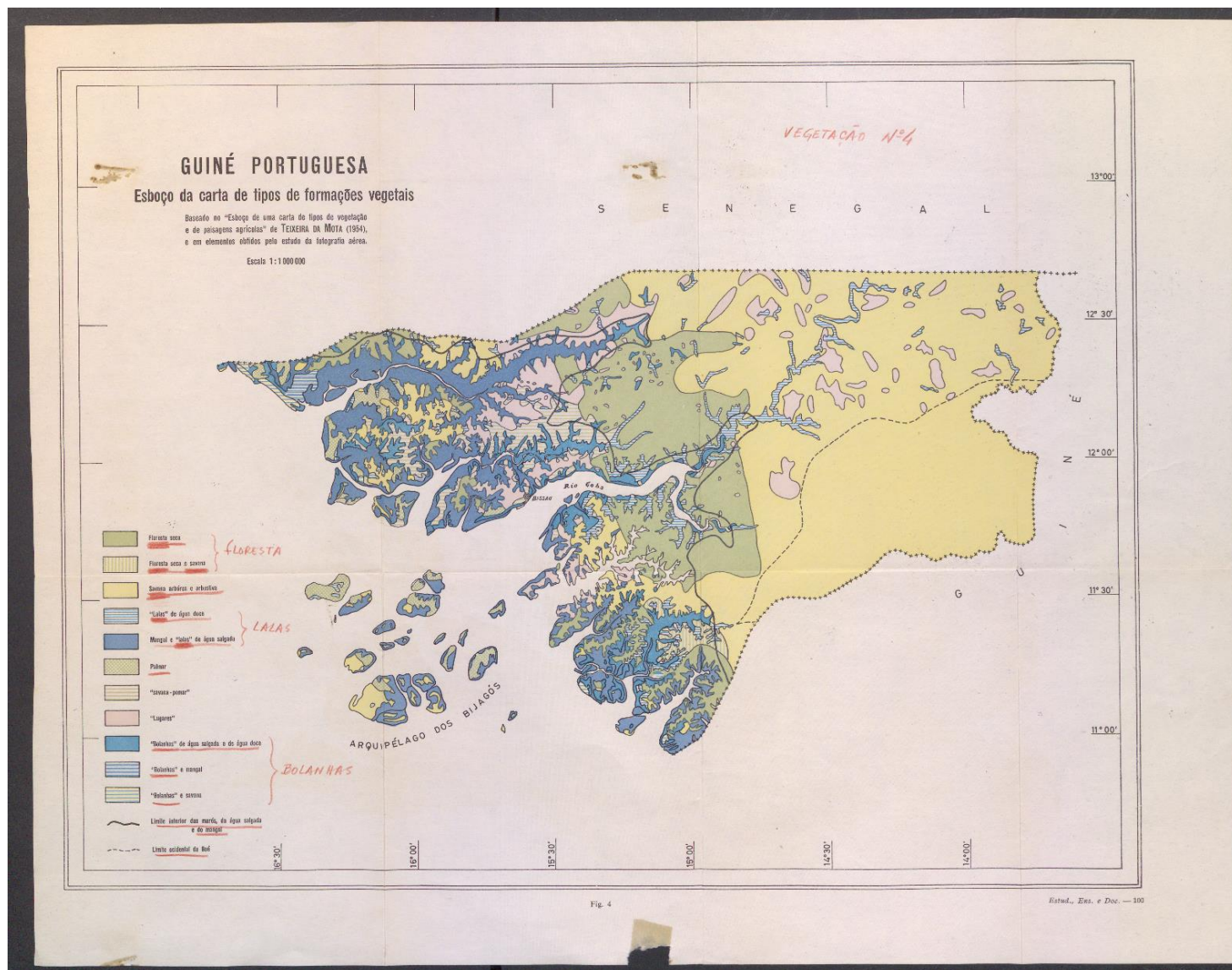


RELEVO,
RELEVO, BACIAS, MARÉS - Nº 3



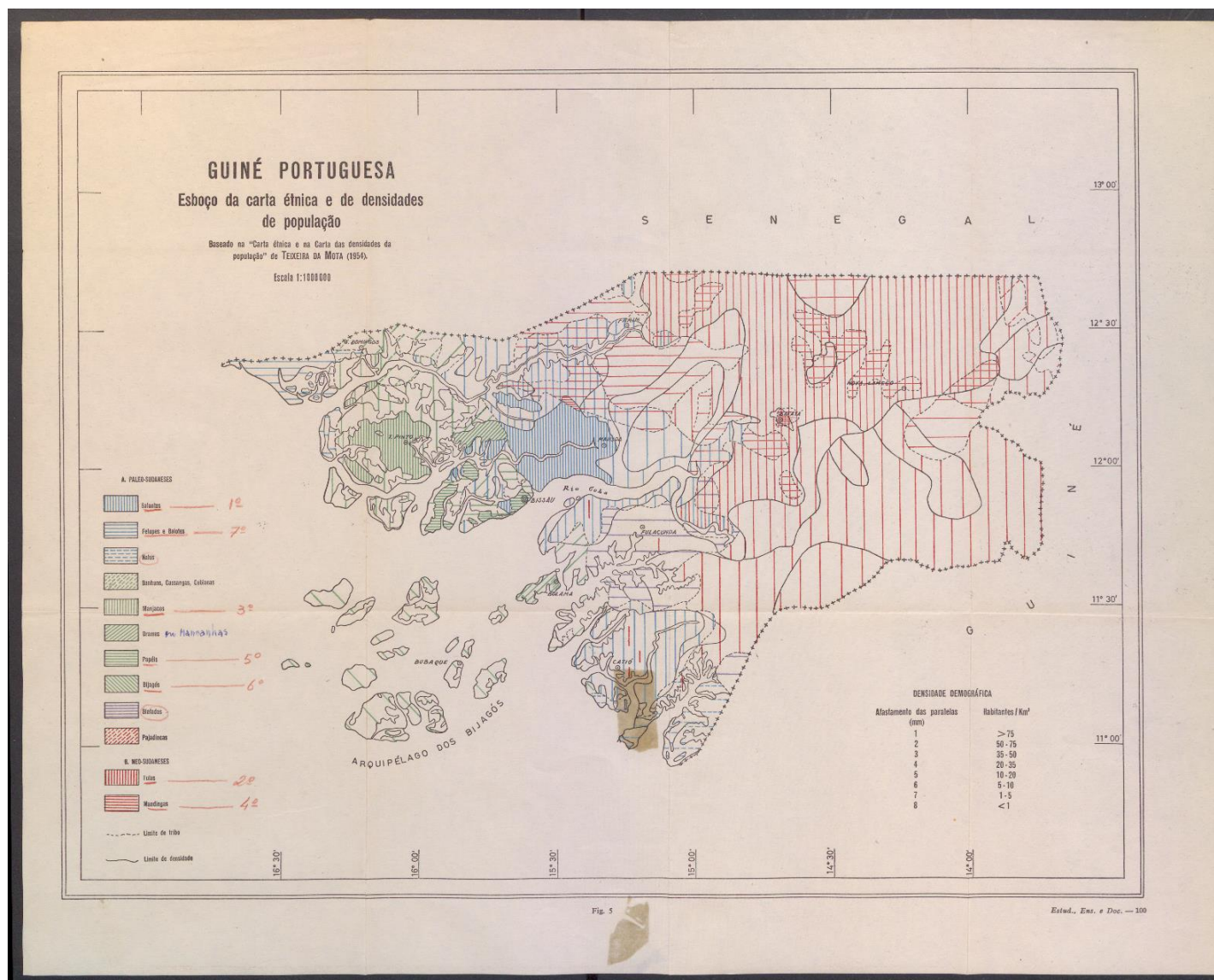


Anexo C — Carta de tipos de formações vegetais (Mota, s.d.)



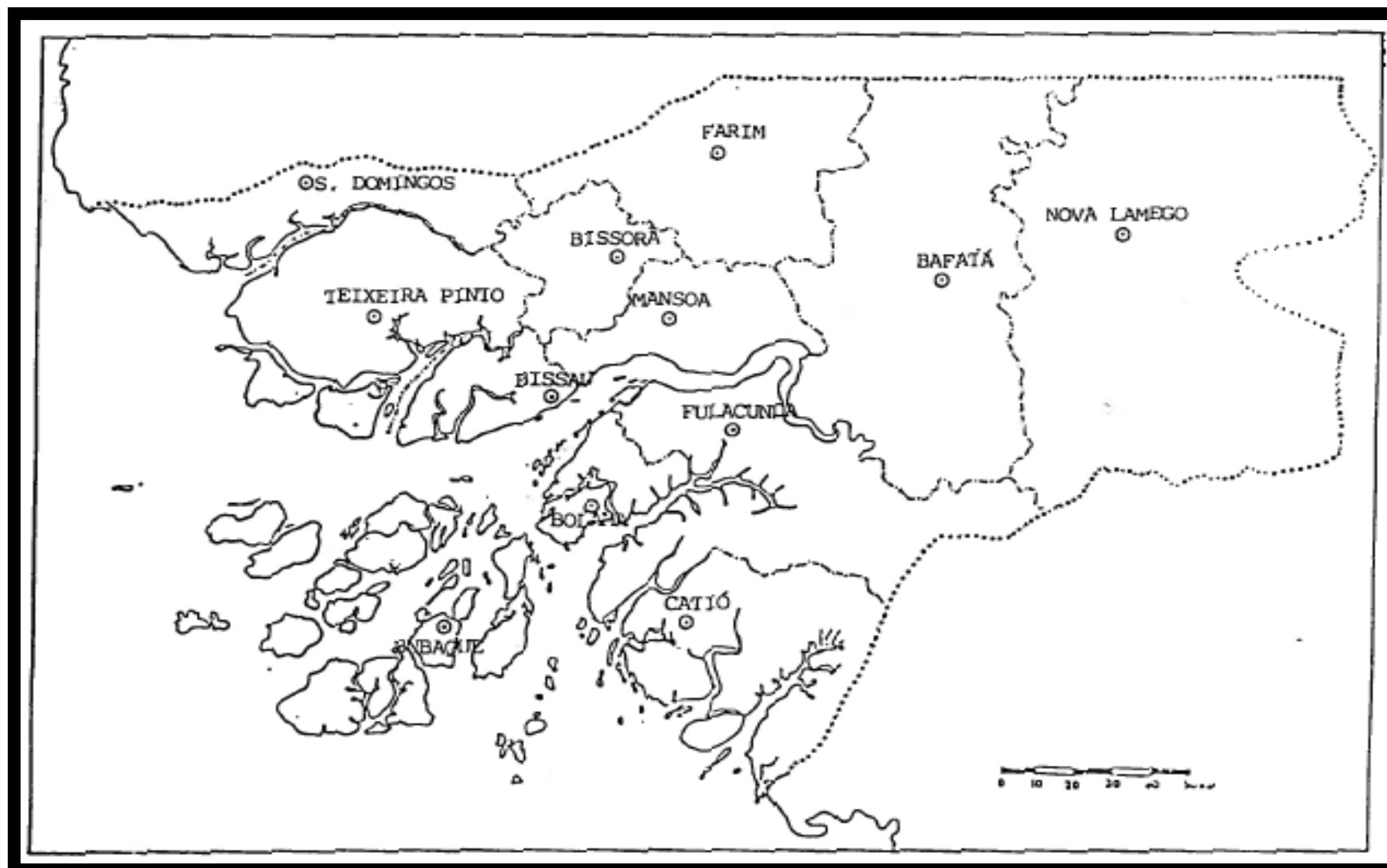


Anexo D — Carta étnica e densidades de população (Mota, s.d.)



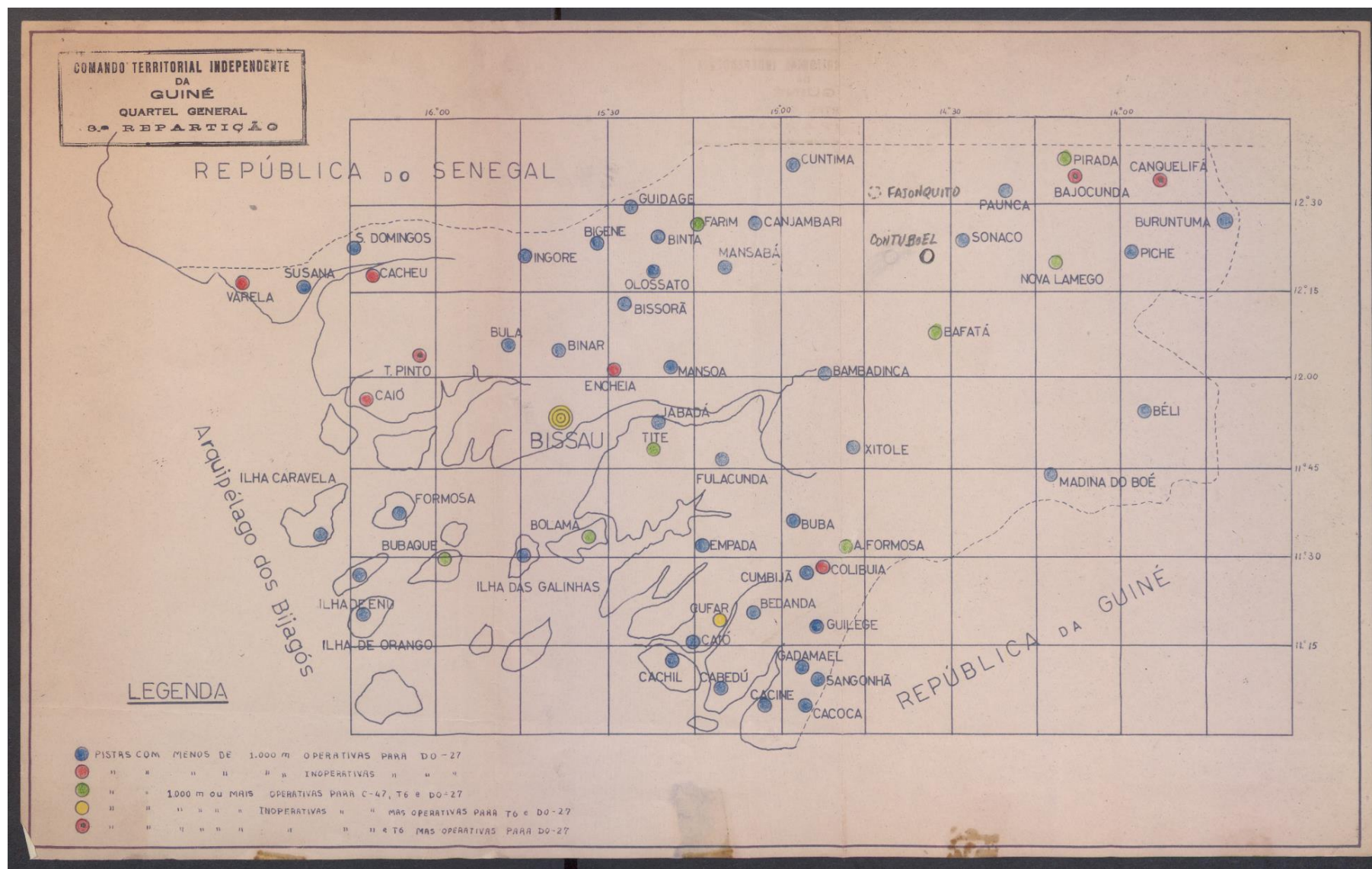


Anexo E — Divisão Administrativa da Guiné (CECA, 1989)





Anexo F — Pistas de Aterragem da Guiné (Comando Territorial da Guiné, Quartel General, s.d.)





Apêndice A - Missões específicas de estudo ao estrangeiro²⁰

1958:

- 17Ago-19Out: Major do CEM Hermes de Oliveira frequenta um estágio no Centro de Instrução Psicológica e de Contraguerrilha (*Centre d'Instruction De Pacification Et Contre Guérilla*) em Arzew-Oran na Argélia. Naquela que é a primeira missão, o Exército manda um Oficial professor na Escola do Exército que teve a oportunidade de contactar com a doutrina francesa de *guerre révolutionnaire*. Na Escola do Exército, proferiu cinco conferências sobre o tema que foram editadas e publicadas em 1960 (com o patrocínio do Ministério do Exército) sob o título Guerra Revolucionária (Cann, 1998, p. 75). Os aspetos mais relevantes desta teoria são os seguintes:
 - O argumento de que forças em número inferior conseguiriam derrotar um exército convencional se conseguissem o apoio tácito da população da zona de contestação;
 - Verificação da força que um comando político-militar verdadeiramente unificado dera aos insurretos vietnamitas, argumentando assim que a mesma estrutura devia também fazer parte das forças de contrassubversão;
 - Impacto da guerra psicológica, que deveria ser explorada de modo a reforçar a coesão ideológica das forças governamentais civis e militares e opor-se à ideologia inimiga;
 - Coordenação das informações e das operações com pequenas unidades.
- 01Set-10Out: Capitães Paraquedistas Soares Cunha e Curado Leitão frequentam o curso de Comandos em Inglaterra;
- Capitão do CEM Pedro Cardoso frequenta o *Field Security (Counter Intelligence)* no *Intelligence Corps Center* também em Inglaterra. O Capitão Cardoso trouxe de Inglaterra um manual *Keeping the peace : duties in support of the civil power* de 1957 e, já como instrutor do IAEM, traduziu-o, incluindo as lições extraídas da experiência britânica na Malásia. Estando completa esta tradução, que serviu como livro didático, permitiu a integração dos problemas da guerra subversiva e o apoio das autoridades civis no CPOS do ano letivo de 1958-1959 (Cann, 1998, pp. 67-8).

²⁰ A informação sobre as missões enviadas para o estrangeiro e seu contributo resulta da consulta de Ribeiro, 2015, p. 220-226



1959:

- 06Jan-22Mai: Major do CEM Nunes Egreja, frequenta o Curso de Operações Psicológicas na *École Militaire* em Paris. Este foi o primeiro curso frequentado por um português especificamente sobre Operações Psicológicas (à época: Guerra Psicológica) e que foi implementado posteriormente nos TO;
- 01Ago-20Set: Major do CEM Nunes Egreja, Capitão Lemos Pires, Capitão Vaz Antunes, Capitão Aquilino Miranda, e Capitão Luz Almeida frequentam um estágio no Centro de Instrução Psicológica e de Contraguerrilha (*Centre d'Instruction De Pacification Et Contre Guérilla*) em Arzew-Oran na Argélia;
- 10Mar-20Abr: Major Franco Pinheiro, Capitão Costa Matos, Capitão Almeida Frazão, Capitão Quinhones de Magalhães, Capitão Basto Carreira e Capitão Almiro Canelhas frequentam um estágio no Centro de Instrução Psicológica e de Contraguerrilha (*Centre d'Instruction De Pacification Et Contre Guérilla*) em Arzew-Oran na Argélia. Nesta missão, o Exército envia um conjunto de Oficiais que prestam serviço na 3ª Repartição²¹ do EME (Repartição à qual compete a doutrina). Desta missão, e uma vez que alguns destes Oficiais eram alunos ou professores do Curso Complementar²² de Estado-Maior em 1961-62, em cujos trabalhos assentou o manual da guerra subversiva, salientam-se abaixo as principais conclusões e propostas do relatório redigido no final da missão.

Efetivos militares no Ultramar:

- Realça-se a importância de desenvolver ação psicológica sobre as populações, como meio eficaz de contrariar a guerra psicológica do adversário;
- Esse tipo de ação só se consegue uma ocupação dispersa de unidades pelo território;
- Assim, é proposto a prestação de serviço obrigatório após a Escola de Recruta e até a mudança de unidades metropolitanas para o ultramar.

Adaptação dos comandos à nova modalidade de ação no ultramar:

- Necessidade de colocar em cada comando ultramarino uma repartição ou no mínimo uma secção para ação psicológica;
- Os próprios relatores, voluntariam-se para iniciar esta ação.

²¹ Por via da *al. a*) do Art.º 37.º do Decreto-Lei n.º 42564 do Ministério do Exército compete à 3.ª Repartição “Definir e atualizar as bases em que deve assentar a doutrina tática, o emprego operacional (...) das forças terrestres”

²² Nesta altura o CEM era lecionado ao longo de três anos. 01 ano: curso geral e 02 anos curso complementar



Articulação e zonas de ação das forças ultramarinas:

- Propõe-se, em consonância com o que a França fez na Argélia, a divisão dos territórios ultramarinos, tanto quanto possível coincidente com as divisões administrativas, em áreas de responsabilidade, desde zonas de comando de General (com efetivos na ordem da Divisão), até áreas de responsabilidade de Companhia comandados por Capitães.

Tropas de quadrícula e tropas de intervenção:

- Salienta-se a necessidade de dispor de tropas de quadrícula e de intervenção;
- Para a quadrícula seriam destinadas a maioria dos efetivos constituídos por unidades de infantaria, cavalaria e artilharia;
- Para as forças de intervenção seriam utilizadas forças paraquedistas ou cavalaria.

A orgânica das unidades no ultramar deveria ser adaptada tendo em conta:

- Aligeiramento das unidades;
- Reforço de meios auto;
- Atribuição de meios de transmissões;
- Aquisição de armas que permitam alto poder de fogo;
- Atribuição de equipamento apropriado.

O papel do Exército na substituição ou prolongamento da ação da autoridade civil:

- Propõe-se que na Academia Militar e IAEM fossem abordados os aspetos de fomento e administração para que houvesse maior entendimento destes aspetos pelos militares.

Instrução de quadros:

- No mínimo, todos os oficiais que fossem servir no ultramar deveriam frequentar um estágio de pacificação e contraguerrilha;
- Propõe-se a criação de um centro de instrução de pacificação e contraguerrilha (baseado no francês mas adaptado à realidade portuguesa).



Apêndice B - Períodos de consolidação doutrinária

1.º Período – 1958/60 – contacto com as doutrinas:

- Contacto a nível militar com as doutrinas francesa e inglesa nascidas das guerras subversivas da Indochina, Argélia, Malásia e Quénia;
- Criação, em 16 de Abril de 1960, do CIOE para levar a efeito estudos de tática do Exército na contra-subversão e preparar quadros e unidades para este tipo de conflito;
- O IAEM, como centro de estudos, edita publicações para uso dos quadros do Exército que neles fazem cursos ou estágios;
- Os interessados dispõem nas bibliotecas militares da publicação “Guerra Revolucionária”.

2.º período - 1961/63 - aplicação experimental da doutrina em Angola:

- Os quadros militares atuam no início do conflito com os conhecimentos adquiridos num breve estágio no CIOE e em alguma eventual leitura feita no decorrer da organização da unidade mobilizada;
- As Escolas Práticas das Armas, especialmente a de Infantaria, dadas as ações serem específicas desta Arma, igualmente contribuíram com elementos de doutrina para ensino dos seus instruendos;
- Ainda não há regulamentos: o Manual “O Exército na Guerra Subversiva” só será editado em 1963;
- é no início deste período que se faz a adaptação e posterior alteração da instrução das unidades a mobilizar, com vista a uma cada vez melhor preparação para o tipo de combate a enfrentar no ultramar;
- A Região Militar de Angola procura na experiência dos seus oficiais modos de proceder e ensinamentos práticos da guerra vivida de 1961 a 1963.

3.º período - 1964/66 - aperfeiçoamento da doutrina:

- O manual “O Exército na Guerra Subversiva” está à disposição das tropas;
- É emitido um despacho do Ministro do Exército, com data de 27 de Julho de 1966, definindo uma reestruturação do Curso de Altos Comandos (no



IAEM), no qual se dá realce ao estudo da guerra subversiva, tendo em vista conseguir uma conveniente preparação, neste campo, dos oficiais destinados a cargos de comando ou chefia;

- Com conhecimentos adquiridos no estágio no CIOE e em algum curso ou estágio no IAEM, os quadros militares, pautando os seus conhecimentos pelo manual “O Exército na Guerra Subversiva”, podem atuar com inteira consciência doutrinária. Mas ainda falta experiência à grande maioria, pois alguns dos oficiais só neste período cumprem a sua primeira comissão em campanha no Ultramar.

4.º período - 1967/74 - consolidação da doutrina:

Em 1966 foi publicada a segunda edição do manual “O Exército na Guerra Subversiva” versando, de forma completa e adequada, todos os aspetos táticos deste tipo de conflito.



Apêndice C - Número de UEC e UEB em cada período de reorganização

Período	OESTE		ESTE		SUL		BISSAU		Reserva		Total		Aumento de UEC relativamente ao período anterior
Meados de 1962	UEB	UEC	UEB	UEC	UEB	UEC	UEB	UEC	UEB	UEC	UEB	UEC	
	1	3	1	2	1	3	1	3	1	4	5	15	
Final de 1963	UEB	UEC	UEB	UEC	UEB	UEC	UEB	UEC	UEB	UEC	UEB	UEC	87%
	2	10	1	5	3	9	1	3	1	1	8	28	
Final de 1964	UEB	UEC	UEB	UEC	UEB	UEC	UEB	UEC	UEB	UEC	UEB	UEC	107%
	3	19	2	14	3	15	1	4	3	6	12	58	
Final de 1966	UEB	UEC	UEB	UEC	UEB	UEC	UEB	UEC	UEB	UEC	UEB	UEC	67%
	6	33	3	28	3	25	2	9	-	2	14	97	
Final de 1968	UEB	UEC	UEB	UEC	UEB	UEC	UEB	UEC	UEB	UEC	UEB	UEC	2%
	7	38	4	29	6	24	1	6	-	2	18	99	
Final de 1970	UEB	UEC	UEB	UEC	UEB	UEC	UEB	UEC	UEB	UEC	UEB	UEC	6%
	8	42	6	38	3	19	2	5	-	1	19	105	
Abril de 1974	UEB	UEC	UEB	UEC	UEB	UEC	UEB	UEC	UEB	UEC	UEB	UEC	66%
	8	65	6	55	5	43	1	7	1	4	21	174	